



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia – CPE (Bruxelas)

Caros Amigos Agricultores e Agricultoras, Companheiros Dirigentes e Técnicos Associativos,

Em 26 de Fevereiro de 1978, depois de uma noite de véspera, fria, com chuva impiedosa e ventos ciclónicos (que impediram que alguns autocarros estivessem a horas), oriundos das mais recônditas aldeias e lugarejos do País, em particular do Norte/Centro, encheram literalmente o Pavilhão Académico nesta cidade de Coimbra, naquele que foi designado o 1º Encontro da LAVOURA PORTUGUESA. Aí aprovaram democrática e solenemente a CARTA DA LAVOURA PORTUGUESA e lançaram as primeiras sementes deste Projecto Associativo que cedo se afirmou como a Confederação da Agricultura Familiar Portuguesa, a CNA.

Foi há trinta anos que os trabalhadores da terra deram uma grande lição de cidadania, ao afirmarem a sua liberdade e independência de homens e mulheres da terra irmanados numa grande Confederação Nacional.

Foram 30 anos de muito trabalho, muita luta para fazermos esta Confederação. Porque fomos e somos a voz das explorações agrícolas familiares, nos habituamos às agruras do trabalho agrícola, às durezas do clima, vencemos e venceremos, porque falamos e continuamos a falar pela boca dos pequenos e médios agricultores, dos rendeiros, dos pastores, dos povos serranos, em suma, dos cultores do agro português.

Não é possível hoje aqui fazer um balanço dos obstáculos que enfrentamos, das energias que tivemos que buscar para superar os muros da marginalização, da discriminação ilegítima e inconstitucional por parte de sucessivos Governos, para termos o reconhecimento de Parceiro Social. Vencemos porque lutamos. Porque não desistimos e lutamos até vencer.

Foram 30 anos de muito trabalho, de muita canseira. Muita luta dos rendeiros, dos Povos dos Baldios, dos pastores, dos agricultores, dos técnicos. Ontem como hoje, continuará a estar na vossa mão, na mão dos agricultores portugueses, o seu reforço, a sua consolidação, o seu avanço como principal organização da agricultura familiar e do mundo rural português. Sempre (com o lema desta conferência), sempre em movimento organizando e lutando com os agricultores, na defesa dos seus interesses e direitos.

Estamos a realizar esta Conferência, decorridos dois anos após o nosso quarto congresso, depois de inúmeras iniciativas públicas em Lisboa e em outras cidades e da grande manifestação de 17 de Setembro na cidade do Porto, com a participação de mais de 6 mil agricultores. Ao longo destes 30 anos, não só diagnosticamos os principais estrangulamentos da agricultura portuguesa, como apontamos medidas e soluções aos vários Governos, como provam o acervo de propostas em encontros, seminários, conferências e congressos por nós realizados.

Após o reconhecimento Oficial da CNA, provamos a nossa capacidade da forma como prestamos serviços técnico-profissionais aos milhares de agricultores nossos associados. Definiram-se normas e apoios governamentais que permitiram à CNA abrir desde 1996 e manter uma delegação permanente em Bruxelas e, a partir daí, desenvolver um relacionamento com as instâncias da UE, com a REPER e outras

instituições. Sempre valorizamos o aprofundamento das relações associativas, quer no plano da CPE, quer ainda nas relações bilaterais com outras associações em vários Países e particularmente em Portugal. Precisamos que o Governo inflicta a linha de orientação que tem vindo a pôr em prática, com os cortes financeiros brutais que põem em causa a nossa permanência a este nível.

No contexto do movimento associativo agrícola nacional, quer de base económica, quer sócio-profissional, penso que podemos estar satisfeitos pelo facto dos nossos esforços para uma maior convergência, cooperação e solidariedade entre associações agrícolas, em defesa da agricultura e dos agricultores portugueses, terem tido algum êxito, aprofundando relações e realizando actividades conjuntas. Mas deve ser evidente a nossa insatisfação pelo carácter ainda insuficiente, pelo âmbito reduzido, perante a vastidão e profundidade dos problemas com que se debatem os agricultores portugueses.

No nosso relacionamento, temos privilegiado o movimento cooperativo, não obstante entendermos que este devia assumir uma voz mais audível no protesto contra o estrangulamento da agricultura. Reafirmamos nesta Conferência que não aceitaremos um desvirtuamento do movimento cooperativo que, em nome de outras lógicas, possivelmente até com bons argumentos, acabe por sacrificar o agricultor, o seu sócio, em favor de interesses comerciais alheios à lavoura ou, pura e simplesmente, por demissionismo político face a outros interesses do Estado e de interesses dos grandes grupos económicos.

Sempre afirmamos a nossa disponibilidade para realizar todos os serviços que adequadamente as estruturas associadas tenham capacidade e competência para fazer, sem prejudicar a sua missão essencial, a defesa dos

interesses económicos e sociais dos agricultores e suas famílias junto do poder político e de outros sectores económicos.

Sempre afirmamos que tal postura não pode significar cumplicidade ou aceitação que o Estado se demita das suas principais funções em matéria de ajuda informativa, técnica e outras aos agricultores, ou, pior ainda, que as Associações substituam o Estado, porque permitem reduzir ou aliviá-lo de encargos financeiros, fazendo mais barato o que aos serviços públicos cabia fazer. O que está a acontecer com as Organizações de Produtores Pecuários (OPP) em matéria de sanidade animal no País é em si elucidativo.

Há, no entanto, serviços e tarefas cujo âmbito e natureza devem ser única e exclusivamente do foro público. Estivemos e estamos em desacordo com a privatização e a execução de tais serviços pelas Associações quaisquer que elas sejam, como, por exemplo, a feitura e posse de cadastros, os livros genealógicos, ou outros registos e funções que só o Estado pode garantir a objectividade e a neutralidade perante interesses associativos tão divergentes. Estivemos contra a entrega do parcelário a algumas associações, até porque a forma como tal instrumento foi utilizado violou a opção livre do associativismo garantido pela Constituição da República Portuguesa.

Sempre afirmamos que a realização de serviços compatíveis com a função sócio-profissional e natureza da CNA e associadas exige que o Governo, contrariamente àquilo que tem sido a sua postura nos últimos anos, contemple no Orçamento de Estado verbas suficientes que permitem celebrar protocolos para a real prestações de serviços, por parte do Movimento Associativo aos agricultores, trabalho este da responsabilidade do Estado. Não podemos permitir que o Governo sobrecarregue ainda mais

os agricultores ou o movimento associativo como está a acontecer no momento presente.

Sempre afirmamos que o real funcionamento do associativismo só é possível se praticarmos o cumprimento dos sete princípios que estão na base, e que se materializam na trilogia – Liberdade, Democracia e Solidariedade.

Da análise retrospectiva que fazemos ao longo destes 30 anos, do posicionamento assumido face ao movimento associativo nacional e comunitário e à nossa postura, quer no espaço institucional, quer ainda face ao poder político, nem sempre fomos compreendidos por todos. Nunca quisemos ser nem ingénuos nem tacanhos. Sempre soubemos saudar os nossos amigos nesta longa caminhada de 30 anos, aqueles que nos apoiaram, aqueles que nunca nos viraram as costas, aqueles que sempre estiveram ao nosso lado. Porque não queremos ser injustos nem tacanhos, permitam-me que vos relembre o caso da nossa entrada no Conselho Económico e Social (CES): O PCP fez a proposta, o PS votou favoravelmente, o PSD e PP votaram contra.

Que lições podemos extrair destes 30 anos que levamos da entrega abnegada ao serviço da agricultura e do mundo rural português? É simples e contraditória, mas é a dialéctica do processo em movimento.

Somos uma confederação de proposta, de diálogo, mas também de reclamação, protesto e luta.

Só a acção permitiu importantes vitórias, nomeadamente que a CNA seja hoje um parceiro social de pleno direito;

Ela, a acção, permitiu importantes vitórias parciais pelo escoamento e preços dos nossos produtos, indemnizações, ainda que insuficientes, dos prejuízos das intempéries;

Foi a luta que obrigou os Governos a accionar linhas de crédito a fundo perdido e juro bonificado para as explorações familiares;

Foi a acção e a luta dos compartos dos baldios que derrotaram as 17 tentativas para alterar a Lei dos Baldios, uma das conquistas do 25 de Abril de 1974.

De uma coisa estamos certos, a CNA protagonizou ao longo destes 30 anos uma acção sistemática, construtiva e generosa em termos de diálogo e cooperação com outras organizações, a nível nacional e internacional. Hoje mesmo, está a decorrer uma Assembleia Geral, promovida pela CPE, em que a CNA está a participar, através do seu Dirigente João Vieira, com vista à transformação da CPE numa outra Organização, onde farão parte a COAG – Coordenadora das Organizações de Agricultores e Criadores de Gado do Estado Espanhol, e o Sindicato Labrego Galego. É esta a postura que a CNA tem tido e que continuará a trabalhar no futuro.

Caros Agricultores e Agricultoras,

É olhando para o nosso passado, tentando perscrutar o futuro, ter uma visão exacta, esclarecida dos nossos problemas, é reforçando e consolidando as estruturas da CNA, particularmente a ARP e MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas; o apetrechamento técnico-científico; o reforço da cooperação e da solidariedade entre a CNA e associadas; o reforço geral do associativismo e

a autonomia da CNA; a permanente mobilização dos agricultores e agricultoras; é com o diálogo e a luta que continuaremos a traçar as linhas mestras que darão corpo à nossa acção em defesa dos Agricultores e da Agricultura de Portugal.

Finalmente, honrando e glorificando o património destes 30 anos que levamos ao serviço da Agricultura e dos Agricultores portugueses, encaramos com alguma apreensão este diagnóstico que aqui traçamos e não teremos outras opções senão considerar no futuro imediato uma iniciativa nacional, capaz de dar expressão à profunda insatisfação que os Agricultores e o Mundo Rural estão a atravessar.

Sempre com os Agricultores, em defesa de um Mundo Rural Vivo!

Coimbra, 8 de Março de 2008

Armando Carvalho

(da Direcção Nacional da CNA)